

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MANDAGUAÇU REALIZADA NO DIA 30 DE JANEIRO DE 2024 NO AUDITÓRIO MARIA CECÍLIA.

Aos 30 dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e quatro às 18h10, no Auditório Maria Cecília, tem início a 1ª reunião em caráter extraordinário do Conselho de Saúde de Mandaguaçu. O presidente do Conselho Antonio Paz dos Santos abre a reunião informando que fomos convidados para a apresentação da Secretária de Saúde do Município Isabela Saes no que se refere a um relatório mediante ofício enviado com a análise dos resultados do Programa Brasil. Ela informa que muitos questionamentos feitos no ofício não pertencem a sua gestão o que dificulta responder com precisão aos apontamentos. Que estava em fase de transição para sua gestão, que procurou o jurídico da prefeitura para procurar um entendimento com relação a lei criada mesmo porque a Secretária de Saúde não participa da sua criação. Que muitos apontamentos já foram ajustados como por exemplo a funcionária em desvio de função, sobre carga horária sobre o cartão ponto, o médico auditor, sobre o CNES. Que tem alguns projetos para o ano de 2024 de capacitação dos funcionários mas também dos conselheiros para entendermos a nossa real função e importância dentro do Conselho. Que gostaria de fazer parte do Conselho de Saúde do município e que a lei para o pagamento do projeto Previne Brasil foi revogada no município alegando que devido a os questionamentos optou em revogá-la. Conselheiro Sérgio relata que em um primeiro momento achou ríspida a forma como foi respondido o ofício mas que entendeu os pontos explicados por ela. A conselheira Telma expõe sua opinião em que é contra a divisão igualitária do valor e que o intuito é justamente premiar quem mais produz. Secretária Isabela Saes comenta que é a favor de que mais pessoas entrem no programa, como por exemplo colaboradores da limpeza, nutricionistas, entre outros e que será formada uma nova comissão com novas regras para a divisão do recurso. A conselheira Telma deixa o Conselho parceiro da gestão para poder ajudá-la no que for preciso mas também questionadores quando acharmos necessário. Conselheiros Sérgio e Edna comentam sobre denúncias e comentários sobre ACSs que não estão fazendo seu trabalho corretamente inclusive inventando dados de visitas, que algumas estão fazendo coisas particulares em horário de expediente e Isabela solicita que seja aberto uma reclamação na ouvidoria para ser apurado. Recebemos a Dra Grace Jaqueline Aquiles que é enfermeira com doutorado e professora na UEM, trabalha em cinco regionais de saúde. Explica a importância do programa saúde da família e como surgiu a categoria das ACSs. Informa que a categoria está em situação crítica no país todo. Inicialmente era o vínculo principal entre o usuário do sistema de saúde e a equipe de saúde trazendo as necessidades e dados importantes daqueles usuários. Em determinado momento os políticos descobriram que aqueles agentes tinham livre acesso as casas, tinha intimidade e facilidade de comunicação com os usuários, passaram a ser facilitadores de acessos de políticos a essas famílias. Esse agente comunitário passou de um técnico para o bom funcionamento do sistema de saúde para categoria eminentemente política, inclusive com muita representação no congresso nacional, tem sindicatos próprios, inclusive. Agentes que priorizavam as necessidades da comunidade passaram a priorizar o poder. Transformou-se em uma categoria com muita proteção política que os deixam blindados inclusive no sentido de não se poder demiti-los ou dificultar ao máximo essa decisão. Existem advogados especializados hoje em ações trabalhistas contra municípios. Para tentar reverter essa situação tão crítica a Dra Grace Jaqueline Aquiles sugere que será necessário inicialmente que a formação profissional seja formalizada para que se possa comprovar perante a um advogado trabalhista por exemplo se questionado. Que eles são entendidos juridicamente como servidores públicos então passarão por uma

série de questões antes de serem desligados efetivamente a assim como acontece com um servidor público. Passos como: ser advertida por escrita, assinada por sua responsável imediata e pela responsável superior para que possa estar embasada até que chegue em um momento em que se esgotaram todas as possibilidades e tentativas disciplinares de permanência dessa agente. Que se possa explicar que a agente passou por todas as formações possíveis, que já foi advertida várias vezes mas não houve mudança. Que se deve preparar, inclusive, para um desgaste político e que se tente minimizar os problemas para o município. Que existe hoje uma desfiguração do papel do ACS e suas funções. Lembrou que há 15 anos uma agente verificava por exemplo carteiras de vacinação e hoje não fazem mais essa leitura, foi se perdendo durante os anos alguns trabalhos que faziam o que pode comprometer todo o sistema de saúde de um município e principalmente da consciência da importância do seu papel no sistema. Para finalizar a Gestora de Recursos Erika Ramos Januário confirma que a lei do programa Previne Brasil foi revogada, que haverá a capacitação das ACSs, caso seja feita nova lei de pagamento dos recursos terá a presença do conselho de saúde na formulação. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 19h40 para constar, eu, Eliane Marluz Cazeloto lavrei esta ata que vai assinada por mim e os demais 15 conselheiros e 9 participantes presentes no livro de assinaturas.